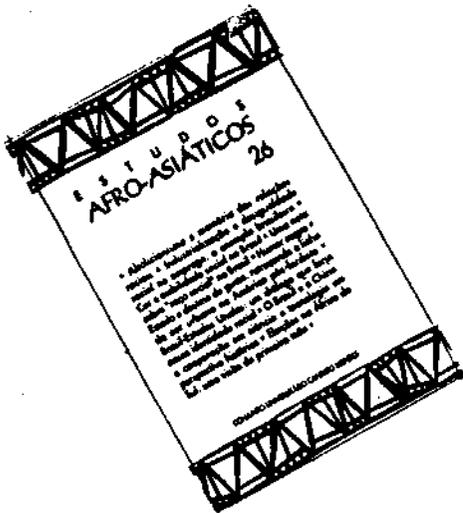


Notícias Africanas

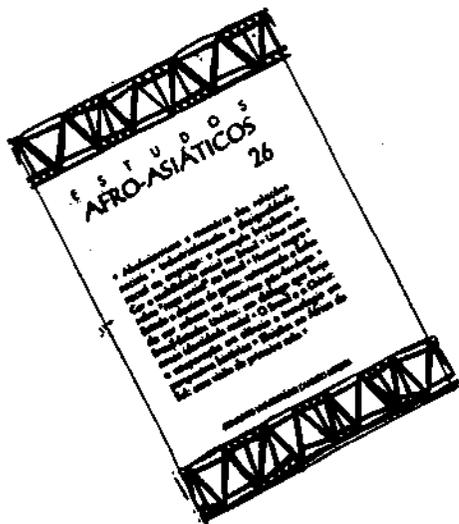
CLIPPING SEMANAL
SOBRE OS PAÍSES
AFRICANOS DE
LÍNGUA PORTUGUESA
E ÁFRICA AUSTRAL.

Nº 91
16 A 22.1.95

ASSINE JÁ
ASSINE JÁ



LIGUE 531-2000 RAMAL 259
LIGUE 531-2000 RAMAL 259



ANGOLA

Utopia e miopia

Na primeira página daquele que já se tornou um clássico da literatura latino-americana, *Cem anos de solidão*, Gabriel García Márquez exibe com um incrível senso literário que, no início de tudo, "o mundo era tão recente que muitas coisas careciam de nome e para mencioná-las se precisava apontar com o dedo". Com o dedo indicador, apontava-se que isto seria uma árvore e assim passou a se chamar a árvore que hoje conhecemos; da mesma forma sucessivamente com o armário, a cadeira etc. E, pelo que me parece, a necessidade de nomear as coisas passou a ser uma característica existencial humana.

É evidente que se trata de uma novela de ficção a bela obra de Gabriel García Márquez, mas isso não nos impede de fazer uma analogia com o realismo que se vive na África e, particularmente em Angola. O elo de ligação entre a ficção e a realidade poderia se definir no contexto das dificuldades vividas no campo social, político, econômico e cultural no meu país: de tão moribundo, talvez houvesse a necessidade de, como no romance de García Márquez, fazermos como se estivéssemos no início do mundo, tendo que se renomear cada um dos segmentos que hoje constituem o universo político, principalmente. E, assim, renomeados, passariam, hoje, a adequar-se e a desempenhar novas funções.

Não é difícil entender que sejam uma tendência mundial as redefinições de papéis, de partidos a organismos, como a ONU, Otan, CIA, e o

surgimento de novas siglas, como UE, Nafta, Mercosul, ONGs. São evidências, às quais não se pode ser míope, de que os tempos e os desafios de hoje são completamente diferentes dos de ontem. Os princípios ideológicos que nortearam a formação de vários movimentos de libertação nacional em quase todos os países da África estão amontoados na primeira carruagem do "fim da história". Puríssima utopia.

Angola deve urgentemente perceber que a grande vedete dos tempos de hoje não é a guerra, e sim a economia de livre mercado, vedete que, aliás, já se tornou de todo o globo, como o prova a China, baluarte do partido único, o grande PCC, e onde se imprime, com grande vigor pelo venerado líder Deng Xiaoping, o socialismo capitalista. (Aliás, perdoem-me, não é socialismo capitalista, mas "marxismo capitalista".)

O jornal francês *Le Monde* afirma que o processo de globalização está em marcha acelerada e, com o fim de algumas crises, o planeta entra num período que já está sendo chamado de "os 20 anos maravilhosos", entre 1995 e 2015. Ocorre que esses 20 anos não serão maravilhosos para todos. Aqueles países que não se prepararem viverão os seus "20 anos vergonhosos". Para Angola, a escolha só depende dos angolanos.

Lino Sobrinho

(Geólogo angolano, pós-graduando na Unicamp)

Beligerantes angolanos ordenam o fim dos combates

Milagre na capela de Chipipa

PÚBLICO, 11.1.95

*Aguiar dos Santos
em Chipipa*

Em Chipipa, uma pequena povoação a 26 quilómetros do Huambo, numa capela cercada de milho e sob um Cristo atento, os generais do Governo e da UNITA concordaram ontem em parar imediatamente todos os confrontos, no recuo, em dez quilómetros, das respectivas forças nos locais onde elas estão mais próximas, na criação de uma equipa de desminagem e num novo encontro para o dia 25.

Exceptuando uma espécie de ultimato dado pelo Governo para que a UNITA deixe de atacar, num prazo de 48 horas, as vias de comunicação, possibilitando a livre circulação de pessoas e bens, pode dizer-se que o primeiro encontro das delegações militares dos dois lados até não correu mal.

Foi num ambiente descontraido — embora com um assinalável atraso sobre a data em que deveria ter ocorrido, vai para dois meses, após a conclusão, no dia 20 de Novembro, do acordo de Lusaca — que os chefes dos Estados-Maiores beligerantes se encontraram para

acertar os pormenores militares do acordo de paz.

Eram 9 horas quando os generais João de Matos, pelas FAA (exército governamental) e Arlindo Pena Ben-Ben, pelas FALA (exército da UNITA), trocaram o primeiro aperto de mão em dois anos. Já o responsável da Unavem (Missão de Verificação das Nações Unidas em Angola), o general nigeriano Chris Garuba, os tinha convencido a ordenar às respectivas tropas que se afastassem para um raio de seis enterrar definitivamente o espectro da guerra". Mas avisando que ela não iria "alterar nada" do decidido na Zâmbia.

"Um gesto honesto e de boa vontade em direcção à paz" foi como o chefe das FALA interpretou a presença de Matos. Mas acrescentando que o acordo de Lusaca tem "muitas fragilidades" que só a presença de forças da ONU poderá superar.

E foi assim, na presença dos observadores do processo de paz angolano (Estados Unidos, Portugal, representando quilómetros da povoação que, segundo o PÚBLICO constatou, a oposição armada domina.

Afastar a desconfiança

Vim a Chipipa "porque é preciso fazer sacrifícios pela paz", disse à chegada o comandante das FAA, sublinhando ser "fundamental" afastar "a enorme desconfiança que separa as duas partes, desanuviar a situação militar, acelerar a implementação dos acordos de paz e tado pelo coronel Alfredo Assunção, e Rússia) e de soldados (desarmados) da Unavem que as duas delegações (de que ainda fazem parte, pelo Governo, os generais Pedro Neto e Ita, o brigadeiro Jota e o coronéis Veríssimo e Serafim, e pela UNITA os generais Vatuva, Antero e Vinama, os brigadeiros Tadeu e Isaias Samakuva e o coronel Samuel Epalanga) começaram a falar na capela onde só João de Matos entrou desarmado.

A agenda era — e assim se vai manter — complicada: cessação de movimentos ofensivos, criação de grupos mistos para fiscalizar o acordo de cessar-fogo, desmobilização imediata das respectivas forças (principalmente nas áreas onde os beligerantes estão demasiado próximos, como nas províncias do

Uíge, Huambo e Luena), libertação dos prisioneiros de guerra e cessação da propaganda hostil.

De todos os itens, o que parecia mais pacífico ainda era o fim da propaganda hostil, já que, por exemplo, o general João de Matos disse continuarem a registar-se incidentes um pouco por todo o país, como nas províncias de Uíge, Lundas Norte e Sul e Benguela, e que cerca de 200 mil homens (140 mil do Governo e 60 mil da UNITA) permanecem nas frentes.

Mais complicada vai continuar a questão da desmobilização, com o chefe da delegação governamental a considerá-la a mais importante e o da oposição armada a dizer que ela só será possível na presença de uma entidade neutra, os capacetes azuis, esperados no dia 8 de Fevereiro.

Mas para facilitar a tarefa destes, os negociadores combinaram que um oficial superior da UNITA vai para Luanda onde formará, com outro do Governo, uma equipa para começar a desminagem do país, a começar pelas zonas de aquartelamento dos capacetes azuis.

Complicados vão continuar ainda problemas como o dos prisioneiros (quer o Governo quer a UNITA recusaram-se sempre a confirmar a quantidade e a identidades dos seus presos) e o dos mercenários. João de Matos admitiu que cerca de 300 estão ao lado do Governo, mas disse que os há também ao serviço da UNITA. ■

Angola

Estados-maiores reúnem-se hoje

PÚBLICO, 10.1.95

A REUNIÃO entre os chefes dos estados-maiores das Forças Armadas Angolanas (FAA) e da UNITA continua a estar marcada para hoje, na localidade de Chipipa, província do Huambo, enquanto uma fonte do MPLA admite à agência Lusa que a cimeira entre o Presidente José Eduardo dos Santos e Jonas Savimbi poderá ser já daqui a três dias, no Zaire.

Os generais João de Matos e Arlindo Chenda Pena, "Ben-Ben", têm de tratar do desengajamento das tropas de um e outro lado, das questões logísticas das dezenas de milhares de homens sob o seu comando, do estabelecimento dos mecanismos de verificação de que a paz é uma realidade e das linhas de comunicação permanente entre os respectivos estados-maiores.

Com um atraso de dois meses em relação ao que estava previsto no Protocolo de Lusaca, deverão ainda elaborar os itinerários dos movimentos dos dois exércitos, os números específicos, tipo e localização das suas forças e as áreas onde se terá de aquartelar os homens da UNITA, que pelo menos são 25 mil.

Dias depois desta reunião de carácter militar terá, em princípio, lugar a cimeira entre o chefe do Estado angolano e o líder da oposição, dizendo um quadro da ONU citado pela agência Reuter que isso vai acontecer em Lusaca e afirmando a fonte do MPLA mencionada pela Lusa que o encontro está agendado para a terra natal do Presidente Mobutu, Gbadolite, no Zaire.

Entretanto, José Eduardo dos Santos conferenciou ontem em Luanda com os deputados da bancada governamental, com o primeiro-ministro, Marcolino Moco, e com altos cargos do partido que desde Novembro de 1975 dirige Angola.

Combate à corrupção

Tratou-se de analisar em profundidade a actual crise económica e social do país, depois de na sua mensagem de Ano Novo o Presidente da República haver tecido críticas ao Governo e de, em privado, Moco ter lamentado não contar com a solidariedade do Futungo de Belas, que ao que parece está já a pensar designar durante este ano um novo primeiro-ministro.

A semana passada, numa entrevista à emissora comercial luandense LAC, o académico norte-americano Gerard Bender, que desde há um quarto de século acompanha os problemas de Angola, sublinhou ser essencial que o Governo dê provas claras de saber combater a corrupção, se acaso desejar contar com apoio internacional.

Bender fez-se eco de opiniões segundo as quais determinadas figuras da cena política angolana têm muito mais dinheiro nas suas contas bancárias no estrangeiro do que aquele que existe para o funcionamento de diversos ministérios. E notou que nenhuma potência aumentará o seu auxílio a Luanda se o regime não for devidamente moralizado. ■

Aguiar dos Santos, em Luanda

PE ouve Deus Pinheiro sobre o seu pelouro "africano"

"O tipo não é mau de todo"

PÚBLICO, 11.1.95

JOÃO de Deus Pinheiro passou o teste do Parlamento Europeu (PE), durante a audição a que foi submetido pela Comissão Parlamentar do Desenvolvimento a propósito do novo pelouro da cooperação com os países de África, Caraíbas e Pacífico (ACP), que assumirá no fim do mês.

"Vi aqui uma vivacidade, uma disposição para escutar e uma forma de responder muito particulares", afirmou à laia de conclusão o presidente da comissão parlamentar, Bernard Kouchner, antigo ministro francês da Acção Humanitária, entre os aplausos dos eurodeputados. O seu apreço parecia aliás evidente: por duas vezes, ouviu-se muito em surdina nos auscultadores que transmitiam a tradução nas 11 línguas comunitárias a afirmação de que "o tipo não é mau de todo" sussurrada ao vizinho do lado com o microfone descuidadamente aberto.

Dos 20 comissários europeus da nova equipa presidida por Jacques Santer que tomará posse no dia 23, Deus Pinheiro foi um dos últimos a passar por um exercício retirado da experiência americana e que teve agora a sua primeira versão, graças aos poderes que o Tratado de Maastricht confere ao PE em termos de investidura da Comissão.

Perguntas mornas

Face aos mais de 30 deputados que entrevistaram, muitas vezes com mais de duas ou três

perguntas, e cujas respostas não puderam exceder mais que um minuto rigorosamente cronometrado por Kouchner, Deus Pinheiro esteve no melhor da sua forma. É certo que a sua tarefa foi facilitada pela inesperada ausência da habitual irreverência nas perguntas dos deputados desta comissão, a par das vantagens oferecidas pela obrigação de responder a uma velocidade de relâmpago, que lhe terá permitido, porventura, evitar um aprofundamento muitas vezes incómodo de alguns temas mais delicados ou que exigem maior conhecimento. Mesmo assim, e graças em grande parte ao apoio que recebeu de vários funcionários portugueses do sector, o novo titular da cooperação moveu-se confortavelmente em números, estatísticas e tendências que lançou em todas as ocasiões possíveis.

No essencial, o comissário português deixou claro que as grandes linhas da política de cooperação, que têm vindo a ser traçadas ao longo dos anos, se manterão com excepção de alguns ajustamentos que deverão ser introduzidos durante o actual processo de revisão da Convenção de Lomé — o instrumento da cooperação com os 70 países ACP — como a melhoria da eficácia, controlo e execução dos programas de desenvolvimento.

A este propósito salientou como uma das alterações mais importantes o reforço das disposições relativas aos direitos humanos, incluindo uma cláusula suspensiva da cooperação

em casos de violações graves. No quadro do reconhecimento de Lucas Pires de que nesta área a UE é "um pouco mais negligente em todo o mundo, nomeadamente na Ásia", Deus Pinheiro afirmou que "não pode haver hesitações ao nível dos princípios, mas a sua aplicação tem de ser aferida caso a caso".

Em sua opinião, "não se pode ter o mesmo grau de exigência em termos de respeito dos direitos humanos em relação a Singapura ou a S. Tomé e Príncipe". "Com Singapura tem que se ser mais exigente, enquanto S. Tomé e Príncipe ou a Guiné têm de ser ajudados no processo", afirmou. Mas ao pretender, aparentemente, criticar o Governo de Singapura pela execução da chinesa de origem portuguesa Angel Pui Peng, o comissário aflorou um dos argumentos defensivos da Indonésia para a sua política de repressão, segundo o qual não se pode esperar dos países em vias de desenvolvimento que estejam ao mesmo nível dos direitos humanos do mundo ocidental. O lapso não o impediu, todavia, de afirmar com veemência, no caso específico de Timor, a sua posição de "há 21 anos" — considerar "inaceitável a violação flagrante dos direitos humanos e o genocídio de um povo".

A regra dos "três cês"

Ao reconhecer de modo implícito que será praticamente impossível conseguir um aumento do montante da ajuda fi-

nanceira da UE para os ACP até ao final do século face aos 12 mil milhões de ecus dos últimos cinco anos, o comissário insistiu sobretudo na necessidade de maximizar a eficácia da acção dos Quinze. A este propósito apelou à coordenação, complementaridade e coerência (a que chamou os "três cês") da acção dos diferentes agentes da cooperação, nomeadamente entre a UE e os Estados-membros, as instituições financeiras internacionais, as agências das Nações Unidas ou as organizações não governamentais.

De toda a sua intervenção sob: assai a ideia de que o esquecimento da África face às novas prioridades da política externa da UE não é uma situação inevitável, considerando aliás que um eventual abandono da cooperação seria "politicamente inaceitável e um erro histórico gravíssimo". Para ilustrar os "motivos de esperança" do continente, salientou o papel da África do Sul enquanto dinamizador da África Austral, num momento em que existem "condições únicas convergentes" proporcionadas pelos processos de paz em Angola e Moçambique ou pelo "exemplo de transição notável" da Namíbia.

"Pela primeira vez há condições para uma verdadeira política de desenvolvimento, para tentar favorecer processos de cooperação inter-regional", afirmou. Deus Pinheiro considerou tratar-se de uma oportunidade única que não deverá voltar a repetir-se no futuro. ■

Isabel Arriaga e Cunha
em Bruxelas

Savimbi critica Lusaca

JONAS SAVIMBI declarou, numa entrevista de que a Radiotevisão Portuguesa hoje transmite excertos, que "a UNITA não desencadeará uma nova guerra", mas que "se o MPLA persistir na sua conduta belicista" retomará o Huambo e o Uíje.

De acordo com as escassas citações da entrevista a José Manuel Barata Feyo que a RTP ontem à noite facultou ao PÚBLICO, Savimbi também disse que "os acordos de Lusaca representam uma violação do direito internacional por parte da ONU" e que "o Protocolo de Lusaca é pior que os acordos de Bicesse".

Ainda segundo o trabalho que

amanhã às 22h30 é transmitido na íntegra pela TV2, no programa "Reportagem", "Cavaco Silva e Durão Barroso nada sabem de Angola, a não ser o que o MPLA lhes diz"; e "na UNITA há tendências, mas não há facções".

Citando fontes do gabinete de Savimbi, a RTP declara que o líder da UNITA não dará qualquer outra entrevista ao longo deste ano, tendo o trabalho de Barata Feyo sido efectuado "às últimas horas de 1994" na vila do Bailundo, província do Huambo, estando presentes Eugénio Manuvakola, Paulo Gato, Abel Chivukuvuku, Jaka Jamba e Jorge Valentim. ■

PÚBLICO, 10.1.95

FUNDAÇÃO PORTU-

GAL-ÁFRICA — A Fundação Portugal-África, idealizada por Miguel Cadilhe para o aprofundamento das relações com os PALOP, "deverá entrar em funcionamento dentro de dois meses", disse ontem à Lusa António Filipe, presidente da comissão instaladora da instituição. A fundação foi constituída ontem no Palácio da Bolsa, no Porto, onde

estiveram presentes representantes de 54 instituições fundadoras. A Fundação Portugal-África, que tem como fundador principal o Banco de Fomento e Exterior, presidido por Miguel Cadilhe, conta com a participação do Estado, das câmaras de Lisboa e Porto, empresas públicas e privadas, bancos, instituições culturais, institutos de investigação e formação, universidades e fundações. ■



Cabo Verde

“A Semana” na teia dos tribunais

*José Vicente Lopes,
na Cidade da Praia*

São três processos, todos movidos por altos responsáveis do Estado, todos contra o mais importante e influente jornal independente de Cabo Verde. Jorge Soares, o jornalista acusado, diz que, se for condenado, prefere ir para prisão a pagar uma indemnização que estrangulasse financeiramente o jornal.

O jornalista Jorge Soares, antigo director de “A Semana”, jornal com quem o PÚBLICO mantém colaboração no âmbito de um projecto de apoio à imprensa africana, promovido pelos Repórteres Sem Fronteiras, vai ser hoje julgado em três processos por injúria e difamação.

A data do julgamento não deixa de ter um certo simbolismo, uma vez que há precisamente quatro anos se realizaram em Cabo Verde as primeiras eleições livres e pluralistas que haveriam

de conduzir ao poder o Movimento para a Democracia (MpD), em detrimento do antigo partido único, o PAICV.

Nos três processos, Jorge Soares e “A Semana” têm como queixosos altos responsáveis do governo ou do MpD. Um deles é o presidente da Assembleia Nacional, Amílcar Spencer Lopes, que processou o jornal por ter escrito que ele teria retirado o automóvel oficial a um dos seus colaboradores depois de saber que este apoiava o antigo ministro da Justiça, Eurico Monteiro — adversário do primeiro-ministro Carlos Veiga durante a disputa da liderança do MpD, de que aliás resultou, no ano passado, uma cisão nesse partido.

A segunda queixa envolve o ex-ministro do Turismo e Comércio, João Higinio Silva, que, segundo o jornal, teria afirmado no âmbito de um inquérito parlamentar que a liberalização da importação do cimento — uma medida tomada há dois anos pelo Governo e que beneficiou directamente o deputado Carlos Albertino Veiga, tio do primeiro-ministro cabo-verdiano — tinha sido um erro, facto que o ex-governante desmentiu.

Por fim, o terceiro processo relaciona-se com a carta de um leitor em que se critica determinadas práticas no Estado-Maior das Forças Armadas. Contudo,

PÚBLICO, 13.1.95

em relação a este caso, tudo aponta para que Soares saia ilibado, uma vez que o advogado do autor da referida missiva decidiu assumi-la como sua.

Para além dos três casos, esperam o ex-director de “A Semana” outros 15 processos, todos intentados por altas individualidades do poder.

Mas, de acordo com alguns especialistas, a maior parte dos processos contra Jorge Soares e “A Semana” não têm base de sustentação. Por exemplo, um deles, também intentado por Spencer Lopes, ficou a dever-se ao facto de o jornal ter publicado uma reportagem em que afirmava que ele, presidente da Assembleia Nacional, mandara reformar a sua casa oficial, colocando nela mais de dez fichas de telefone e televisão.

O jornal e o seu director foram agora brindados com mais um processo, desta vez do ministro das Infraestruturas e dos Transportes, Teófilo Figueiredo, pela publicação, “sem autorização”, de provas documentais do orçamento da reforma da casa de Spencer Lopes, orçamento esse feito por um departamento daquele ministério.

Num país onde a maior parte da comunicação social pertence ao Estado, “A Semana” tem sido um dos poucos meios informativos fora do controlo gover-

namental. Criado há quatro anos, e acusado inicialmente de ser um “jornal do PAICV”, esse semanário conseguiu impor-se ao abrir as suas páginas a colaborações de outros quadrantes políticos ou abordando temas proibidos na imprensa estatal, sendo o principal denunciador dos actos de corrupção ou arbitrariedade cometidos nos círculos do poder.

Jorge Soares, 33 anos, formou-se em Jornalismo em Cuba e foi assessor de imprensa do antigo primeiro-ministro Pedro Pires. Após a derrota deste em 1991, Soares foi praticamente banido da administração pública, sem direito, ainda hoje, a emprego no Estado. Actualmente trabalha numa empresa privada e continua a colaborar com “A Semana”, agora sob a direcção da jornalista Filomena Silva.

Contactado pelo PÚBLICO, Jorge Soares declarou que, caso venha a ser condenado, prefere ir para a cadeia a ter o jornal que pagar alguma indemnização... “E isso porque ‘A Semana’ seria obrigada a vender o pouco que tem, e mesmo assim teria de fechar as portas, mandando dez pessoas para o desemprego. Ademais, se por hipótese o jornal morrer, Cabo Verde ficaria sem um órgão que o informasse correctamente do que se passa. Por isso, prefiro a prisão”, concluiu. ■

Angolanos discutem cooperação militar em Lisboa

PÚBLICO, 13.1.95

O VICE-MINISTRO da Defesa de Angola encontra-se em Lisboa à frente de uma delegação que vem tratar de diversos programas de cooperação técnico-militar com as autoridades portuguesas.

O general Pedro Sebastião vai encontrar-se com o director-geral para a política de Defesa, Gonçalves Ribeiro, responsável directo pelos programas de cooperação. Os principais temas na mesa referem o contributo de Portugal na formação de quadros militares angolanos e a própria reforma estrutural das Forças Armadas angolanas.

Segundo os responsáveis do Governo de Luanda, as prioridades para este ano serão exactamente a revisão do quadro orgânico das Forças Armadas, a par da resolução dos graves problemas sociais da instituição militar resultante de desmobilizações e da reorganização do Exército.

Brasileiros na Unavem

Entretanto, o Exército brasileiro prepara-se para enviar um contingente de 800 soldados para a Missão de Verificação das Nações Unidas em Angola

(Unavem), anunciou ontem o jornal “Gazeta Mercantil”, de São Paulo. Brasília aguarda apenas o anúncio oficial pela ONU da constituição da sua nova força de paz (a partir de Fevereiro) para definir a data da partida, acrescentou o jornal.

O envio de tropas brasileiras para Angola já foi autorizado o mês passado pelo presidente do Congresso Nacional (Parlamento), Humberto Lucena, e segue-se à participação na força das Nações Unidas que esteve em Moçambique (Onuzom).

Enquanto isto, a Voz da Resistência do Galo Negro, Vor-

gan, captada pela agência Lusa em Luanda, alegou ainda ontem que “mercenários de várias nacionalidades, entre os quais portugueses, sul-africanos, brasileiros e namibianos, estão a explorar diamantes através de meios artesanais”, na província da Lunda Sul.

Por seu turno, o ministro angolano da Saúde, Martinho Epalanga, declarou à Rádio Nacional que a guerra destruiu 70 por cento da rede sanitária do país, muito em particular nas províncias de Huambo, Bié, Uíje, Zaire e Cuanza Norte. ■

ESTÚDIOS AFRO-ASIÁTICOS 26

• Admissão: 1000 esc. e membro da relação...
 • Admissão: 1000 esc. e membro da relação...
 • Admissão: 1000 esc. e membro da relação...

ASSINE JÁ • LIGUE 531-2000 RAMAL 259

Angola ensaia reintegração social dos mutilados

A incrível história do homem-da-perna-de-ferro

José Eduardo Agualusa (texto)
e José Manuel Ribeiro (fotos)

Ninguém sabe exactamente quantos mutilados existem em Angola. Um número muito grande, entre 200 mil e um milhão. Também se desconhece quantas minas aguardam escondidas a inevitável presa: entre 15 a 20 milhões. A única certeza é que, mesmo depois de terminada a guerra, a multidão de deficientes vai continuar a crescer. Em

Viana, próximo de Luanda, um projecto pioneiro parece apostado em demonstrar que, apesar deste cenário catastrófico, há motivos para manter a esperança.

É um estranho objecto. Olha-se para ele e não se percebe imediatamente para que foi criado. Parece uma perna, ou uma escultura em metal representando uma perna. Num emaranhado de ferros retorcidos, distinguem-se coisas tão improváveis como um alicate, uma chave

PÚBLICO, 12.11.92

de parafusos, braçadeiras de obus, uma fita métrica. Ninguém acredita e, todavia, aquilo já foi uma prótese.

"Aconteceu em 1990", conta Américo, funcionário de uma fábrica de próteses em Viana, pequena cidade a escassos quilómetros de Luanda. "Nesse ano chegou aqui um homem de meia-idade. Parecia uma pessoa saudável, sem nada de extraordinário, não fosse o facto de caminhar sempre com uma das mãos enfiada no bolso."

Tinha sido militar do exército colonial. Num dia de pouca sorte, em 1963, pisou uma mina e perdeu a perna esquerda. Os médicos portugueses ofereceram-lhe então uma prótese em alumínio e o homem regressou à sua aldeia.

Ali ficou 30 anos, longe do mundo, cultivando a terra. A pró-

tese quebrou-se algumas vezes, e o antigo soldado consertou-a ele próprio, servindo-se do que tinha à mão. Até chegar aquilo: "Vinte quilos de ferro, vinte! E apareceu-nos aqui queixando-se de que já não conseguia dançar. Quando se foi embora, com uma prótese nova, parecia que voava."

Na fábrica de próteses, em Viana, a fantástica perna de ferro é mostrada aos visitantes como exemplo da evolução científica neste domínio. Mais do que isso, porém, ela ilustra a história involuntária de um homem que foi capaz de ultrapassar a sua deficiência e refazer a vida.

Também em Viana, próximo da fábrica, fica o Centro de Recuperação de Mutilados, instituição modelar que tem por objectivo reintegrar os deficientes angolanos na sociedade. "Não é um trabalho fácil", reconhece a psicóloga Corina Jardim, de 42 anos, há quinze a trabalhar com deficientes. "A situação é catastrófica. Até 1989 tínhamos registado perto de 43 mil deficientes sensoriais e motores."

O número total desse, ninguém conhece. Há quem fale em 200 mil e quem assegure que, num país em guerra há tanto tempo quanto Angola, o número de deficientes pode representar até dez por cento da população — neste caso, um milhão de pessoas.

Napoleão, professor de "braille"

Entramos no Centro de Recuperação de Mutilados de Viana e pensamos, de repente, ter saído de Angola. Fora do grande portão de ferro estende-se uma alucinante paisagem de terra vermelha, grandes e nublados e casas em ruínas. Lá dentro, aquilo em que primeiro se repara é no jardim cuidado (em Luanda os jardins quase desapareceram). Depois, percorrem-se as oficinas, os dormitórios e as salas de aula, e a surpresa cresce, juntamente com o optimismo.

Inaugurado em 1990, o centro formou até agora 352 deficientes, todos integrados no mercado de trabalho. "Primeiro", explica Corina Jardim, "fizemos um estudo sobre o mercado de trabalho, de modo a dimensionar as áreas de formação. Decidimos recorrer sobretudo ao sector informal, porque o mercado estruturado está sobrecarregado, com 78 por cento de pessoas em situação de subemprego."

No centro funcionam cursos de dactilografia, alfabetaria e sapataria e, destes, só o primeiro re-

COMENTÁRIO

O sofrimento de Jonas Savimbi

"O POETA só é grande se sofrer", escreveu Paul Eluard, pseudónimo do francês Eugène Grindel (1895-1952), glória do surrealismo e autor, entre outras obras bem vividas, de "Capital de la Douleur". Este livro é próprio de alguém que esteve na I e na II guerras mundiais e que viu a sua pátria ocupada, tendo por isso combatido na Resistência.

Eluard e Cunhal foram duas pessoas de que me lembrei quando na quarta-feira à noite vi a excelente entrevista que o líder da UNITA, Jonas Malheiro Savimbi, de 60 anos, concedeu na noite de fim de ano, no Bailundo, a José Manuel Barata-Feyo, um jornalista de prestígio da Radiotelevisão Portuguesa.

Só uma pessoa muito sofrida, vítima de uma grande derrota, que tem a coragem de assumir por inteiro, pode aparentar agora o tom calmo e relativamente moderado com que Savimbi falou durante 45 minutos, muito longe dos discursos arrebatados de alguns comícios do passado. Só um grande combatente é que diz, mesmo quando tudo à sua volta parece ruir, que "a vida é uma vontade de existir".

Independentemente de toda a análise político-ideológica que se possa fazer do conteúdo do belo trabalho de Barata-Feyo, que teve o mérito de pouco falar, deixando o seu entrevistado expressar-se por inteiro, a verdade é que nos ficou a admiração pela postura de alguém que soube argumentar com extraordinária lucidez, quer se aceitem ou não as suas premissas.

Tal como muitos portugueses têm dito nos últimos anos que admiram a coragem e a coerência do dr. Alvaro Cunhal, mesmo opondo-se visceralmente às suas teorias e à sua prática, assim também se pode ficar como que rendido ao tom que Savimbi usou no seu depoimento histórico à televisão portuguesa, ainda que nunca se tendo feito parte da corte de simpatizantes de tal político.

PÚBLICO, 12.11.92

"Naturalmente que quando se está na mó de cima é muito mais fácil o consenso do que quando há derrotas militares", reconheceu o chefe da UNITA, ao falar do modo como tem agora de gerir as diferentes correntes de opinião existentes no seu partido, onde uns aceitam o Protocolo de Lusaca e outros não.

"Dizer que há paz em Angola é aleatório", considerou o velho guerrilheiro, dentro do princípio de que a paz não é a simples ausência de combates e de que nada está garantido enquanto não se verificar uma presença substancial de capacetes azuis, o que na melhor das hipóteses só deverá começar a acontecer em Fevereiro.

As Nações Unidas "sempre quiseram uma democracia baratíssima em Angola", pelo que quem paga essa economia são os angolanos, notou Savimbi, ecoando aqui — por estranho que possa parecer — o que já disse por mais de uma vez a anterior representante local da ONU, Margaret Anstee, que não se manifestou tão conformista quanto o está a ser o sr. Alioune Blondin Beye.

Interrogou-se por Savimbi, e já o fizermos também o presidente José Eduardo dos Santos e o arcebispo de Luanda, cardeal D. Alexandre Nascimento, por que é que a chamada "comunidade internacional" demora tanto tempo a colocar um número substancial de capacetes azuis em Angola, depois de rubricado e formalmente assinado o Protocolo de Lusaca. O mundo tem medo de perder 15 ou 20 soldados naquele país, sob pena de a sua cautela levar à morte de mais alguns milhares de angolanos? Onde é que está então a solidariedade entre os povos?

Outro argumento muito curioso do entrevistado foi o de que determinadas potências (presumindo-se entre elas os Estados Unidos e a França) estariam a dar uma certa cobertura ao Estado angolano protagonizado pelo MPLA, porque, com a UNITA no poder, já não teriam a garantia de vir a receber durante os próximos anos o petróleo pelo qual adiantadamente pagaram. Pode não ser a verdade rigorosa; mas, como disse o dirigente da UNITA, "a questão da vida impõe resistência" e Jonas Savimbi ainda conhece muitas formas de resistir, "não de desistir".

Jorge Heitor

Continua na pág. 7

Continuação da pag. anterior

A incrível história do homem-da-perna-de-ferro

corre ao mercado estruturado. As oficinas são produtivas e, em grande parte, financiam o projecto, que tem contado também com o apoio da União Europeia e das Nações Unidas: "Este ano temos 142 pessoas em formação. No ano passado tivemos 92. O centro tem capacidade para cem alunos, mas a maior parte das vezes ultrapassamos este número."

Abraão Pedro Fortunato frequenta o curso de alfaiataria: "Em 1985 fui incorporado nas FAPLA [Forças Armadas Populares para a Libertação de Angola, a antiga designação do exército governamental]. Cinco anos depois estava em Cabinda, em missão combativa, quando acionei uma mina. Foi assim que fiquei sem a perna."

Pensa muito nesse dia? "Penso. As vezes sonho que estou inteiro. Mas sei que é preciso esquecer o passado. O essencial é olhar o caminho que está na frente. Era só isto que eu queria dizer."

Pedro Satambwa tem um olhar afilado, roda um sapato entre as mãos. Também ele perdeu uma perna: "Foi numa emboscada, tiros, eu ia numa viatura no Quanza Norte." Natural do Huambo, vive em Luanda há 12 anos, sempre com saudades do planalto: "Um dia vou voltar. Primeiro ganho dinheiro aqui e depois monto uma sapataria lá na minha terra."

Abraão e Pedro correspondem ao retrato-tipo do deficiente angolano: homem entre os 20 e os 30 anos, antigo militar, a quem a guerra roubou uma das pernas. A maioria foi vítima de minas. De acordo com dados da Unicef, haverá em Angola entre 15 e 20 milhões de minas, de 25 tipos diferentes.

Criadas não para matar, mas para mutilar — porque, ao contrário de um morto, um mutilado custa dinheiro, incomoda muito e perturba o moral dos restantes combatentes —, as minas têm o

enorme defeito de agir sozinhas, podendo mesmo voltar-se contra quem as semeou.

Em Moçambique, dois anos depois do fim da guerra, continuam a mutilar uma média de cinco pessoas por dia. O Cuito, no centro de Angola, é considerado pelas Nações Unidas como a cidade mais minada da história da humanidade. Impedidos de caminhar normalmente pelas ruas, os seus habitantes abriram grandes buracos nas paredes das casas, utilizar, do armas pesadas, e atravessam assim quarteirões inteiros.

Foi também uma mina que arrancou os olhos a Emiliano Luís. Antes de isso acontecer era enfermeiro. Agora aprende "braille". No futuro há-de ensinar outros cegos a ler: "Foi o Ministério da Educação que me enviou para este centro, depois volto para a minha terra, no Lubango, como formador." Está sentado numa pequena sala, juntamente com uma vintena de colegas.

Cada aluno tem diante de si um maço de folhas brancas e um pequeno instrumento, semelhante a uma máquina de escrever, que imprime sinais em relevo. A alguns, a fúria dos explosivos desfez quase por completo o rosto. Noutros, não se percebem as marcas da guerra.

O professor dita um texto, em voz lenta mas firme. Chama-se Napoleão e é um homem minúsculo, cuja cabeça não ultrapassa a altura das carteiras. Aprendeu "braille" em Luanda e completou a formação em Lisboa. Reconhece que o trabalho com cegos não é fácil, sobretudo porque, na sua maioria, carregam terríveis traumas de guerra. Mas diz sentir-se à vontade naquele ambiente.

"Aqui no centro", explica Corina, "43 por cento dos professores são deficientes. Em igualdade de circunstâncias, entre um deficiente e uma pessoa saudável, em

primeiro lugar está o deficiente." Natural de Luanda, Corina começou por trabalhar como assistente social, antes de se licenciar em Psicologia.

Casada com um médico e mãe de três filhos, diz acreditar que ainda é possível recuperar Angola: "Nunca perdi a esperança, não posso. O meu trabalho é transmitir esperança. Todos nós temos de dar um pouco para reconstruir a nossa pátria. A única coisa que me desmotiva é a guerra, porque é um problema que me ultrapassa. Contra a guerra eu não consigo fazer nada."

Sapataria Nosso Sofrimento

Terminado o curso, os alunos do Centro de Recuperação de Mutilados de Viana recebem apoio financeiro e material para poderem instalar uma oficina própria e recomeçar a vida. António Manuel Ferro, por exemplo, montou a sua serralharia num museu de Viana, junto à casa onde vive.

O chão é de terra batida, mas está limpo. Tudo ali parece novo. "Estou aqui só há três semanas", diz. Vendo-o trabalhar, ninguém adivinha que perdeu a perna esquerda ao pisar uma mina. "Solteiro, mas com mulher", agra e três filhos pequenos, ignora ainda se o novo ofício lhe permitirá assegurar o sustento de toda a família: "Felizmente, estamos a ter muito trabalho. As pessoas fazem encomendas ou pedem para consertar mesas. Também faço camas, armários, tudo. O problema é a falta de matérias-primas. Falta madeira, contraplacado, e sem isso não podemos trabalhar."

Quanto espera ganhar ao fim do mês? António faz um cálculo rápido: "Sessenta milhões de quanzas [cerca de quinze mil escudos], se não faltar material." Encolhe os ombros, filosófico: "De qualquer forma, a vida não melhora num dia."

Num outro bairro de Luan-

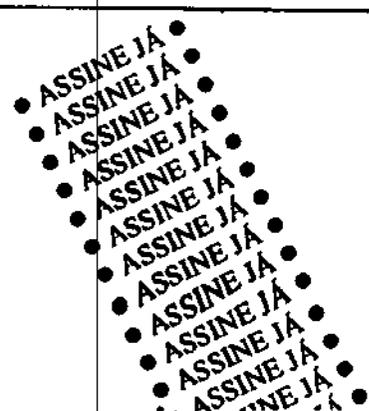
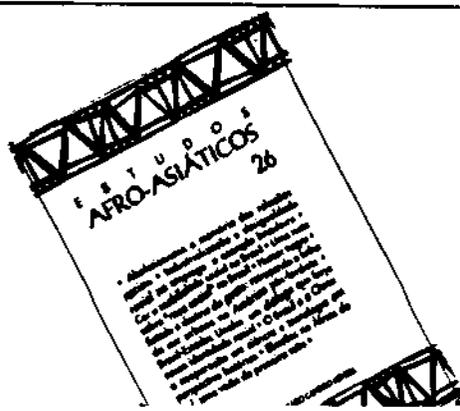
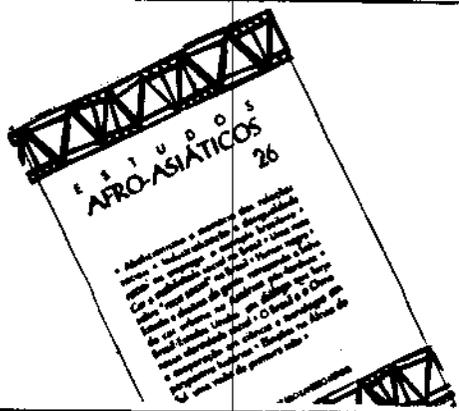
da, uma pequena placa assinala a sapataria de Laurindo Olungo — Ngongo Lami, expressão em quimbundu que significa "nosso sofrimento". Porquê este nome? "É por causa do muito que sofremos nessa guerra", diz Laurindo. Perdeu a perna numa emboscada, nas chanas do Moxico, e há ano e meio que aqui trabalha: "Falta cola, sola, outros produtos. Se não fosse isso, o negócio ia bem. Assim, tudo o que ganho vai na comida."

No Centro Social de São Paulo, próximo à tristemente célebre prisão de São Paulo — por onde passaram, após a independência, os intelectuais da Revolta Activa, os jovens militantes da Organização Comunista de Angola e os dissidentes do grupo de Nito Alves —, trabalha um grupo de três alfaiates. O espaço é provisório, as máquinas são emprestadas; apesar disso, domina um espírito de optimismo e entreejuda.

Paulino: "Temos de nos apoiar uns aos outros. O cego empurra a cadeira de rodas. O que não tem pernas diz ao cego por onde deve seguir." Entre os antigos alunos do centro, alguns têm conseguido prosperar, multiplicando empresas e criando novos postos de trabalho. É raro, porém, encontrar mulheres.

"O problema das mulheres", diz Corina, "é que aqui, em Angola, são elas que tradicionalmente sustentam a família. Vão para as lavras, cuidam dos filhos, cozinham, fazem tudo. Mesmo sem formação escolar, desenvolvem negócios. Raramente ficam internas porque são muito importantes para a família." As poucas mulheres que aparecem no centro são muito jovens, ainda sem compromissos familiares.

Na sua aldeia, o homem-da-perna-de-ferro deve ter voltado a dançar. Num país como Angola, afundado na ruína e na miséria, essa ainda é uma das poucas imagens capazes de restaurar a esperança. ■



As boas intenções angolanas

EXPRESSO, 14.1.95

A reunião dos chefes militares das tropas governamentais e rebeldes permitiu arrefecer a situação no terreno

GUSTAVO COSTA enviado a Chipipa

OREPICAR dos sinos da igreja de Chipipa, pequena localidade dos arredores do Huambo, controlada pela UNITA, saudou na terça-feira a primeira reunião das chefias militares governamentais e do movimento de Savimbi após a assinatura do protocolo de Lusaca. Mas nem os sinos, nem o aperto de mão entre os generais João de Matos e Arlindo Pena «Ben Ben» conseguiram dissipar o nervosismo entre os militares da UNITA.

Logo à chegada das duas delegações, o general nigeriano Cristh Garuba, chefe da missão militar da ONU em Angola (UNAVEM II), organizador do encontro, teve que intervir para afastar as escoltas armadas que acompanhavam João de Matos e Ben Ben. O chefe de Estado-Maior das Forças Armadas Angolanas (FAA), que ostentava um ar desconfiado, entregou a sua arma pessoal aos homens da UNAVEM, mas vários militares da UNITA, apesar de «jogarem em casa», não o imitaram e assistiram à reunião de pistola na cintura.

«Ben Ben» elogiou a presença do comandante das FAA como um «sinal da boa vontade do Governo para enterar definitivamente o fantasma da guerra», mas a notada ausência dos generais Demóstenes Chilingutla e Augusto Lutoki «Wiyó», os colaboradores mais directos de Ben Ben no estado-maior das FALAS (exército da UNITA) conferia um carácter incompleto à representação da UNITA.

O clima de desconfiança afectou a reunião, que começou por um braço-de-ferro entre o Governo e a UNITA e entre esta e a UNAVEM, destinada a debater as modalidades e prioridades para a cessação dos movimentos militares ofensivos. O mediador da ONU teve de suspender as conversações, após cinco horas agitadas e infrutíferas, para reunir separadamente com os chefes das duas delegações e persuadir a UNITA da necessidade de começar o afastamento das tropas em confronto nas regiões de Huambo, Uíge e Lundas, onde se registam diariamente incidentes susceptíveis de fazer desancorar o cessar-fogo.

Isafas Samakuva, o diplomata que Savimbi enviou a Luanda para integrar a Comissão Conjunta (CC) e «testar a seriedade das garantias dadas pelo Governo em matéria de segurança» dos dirigentes da UNITA, desempenhou um papel determinante para desbloquear a situação, «assessorando» permanentemente o general «Ben Ben».

Os escassos habitantes de Chipipa não prestaram grande atenção à «invasão» da sua igreja por homens fardados, ignorando aparentemente que estava a ser ali decidido o futuro da paz em Angola. A venda de mangas aos visitantes era uma oportunidade inesperada para quebrar a monotonia, ganhar algum dinheiro e encher de vida e alegria a pequena povoação. Dezenas de crianças, esfarrapadas e famintas, assediavam os jornalistas angolanos e estrangeiros, disputando entre elas as garrafas

vazias de água mineral. As mulheres, com os filhos às costas, pisavam o milho para o transformar em fuba, que constitui actualmente o alimento quase exclusivo das populações do Planalto isoladas pela guerra.

Uma situação que pode vir a ser alterada nas próximas semanas se o Governo e a UNITA respeitarem os compromissos assumidos na reunião de Chipipa de dar a máxima prioridade à desobstrução das vias de circulação de pessoas e mercadorias de modo a garantir o regular abastecimento das populações civis e dos combatentes. Mas a movimentação de material de guerra helitransportado pelas duas partes na região do Huambo, observada em vésperas da reunião das chefias militares, não autoriza excessos de optimismo, apesar de alguns passos concretos terem sido dados para dissipar as dúvidas e criar confiança. Governo e UNITA concordaram em estabelecer de imediato um esquema de comunicações permanentes com a UNAVEM para acelerar o processo de desminagem, dando prioridade às vias de comunicação rodoviária e ferroviária e aos locais onde serão instalados os capacetes-azuis.

O general João de Matos deslocou-se na quarta-feira à cidade do Cuito, onde ordenou a retirada das suas tropas da localidade de Cuhinga (ex-Vouga) — posição avançada das FAA nas imediações de Andulo, onde funcionaria actualmente o estado-maior da UNITA — para regressar a capital da província, decisão unilateral não prevista nos

acordos de Chipipa e aparentemente destinada a facilitar a tarefa do general Ben Ben em relação ao recuo das forças da UNITA de outras posições consideradas «sensíveis». O «espírito de Chipipa» já permitiu a reabertura da estrada que une as localidades de Ebo e Cela, no Cuanza Sul, medida que provocou um explosão de euforia entre as populações, que se prontificaram a apoiar a reparação de outras vias de importância vital para a circulação local.

Pelo seu lado, os dirigentes de Luanda parecem ter compreendido que têm que dar aos combatentes incentivos mais concretos que meras palavras. O ministro da Defesa, Pedro Maria Tonha «Pedalé» acaba de anunciar que o orçamento do seu ministério será dotado de verbas suplementares «não para comprar mais armas, aviões de combate ou tanques» mas para «reconstruir infra-estruturas militares destruídas ou danificadas, melhorar os sistemas de apoio social às tropas e lançar uma série de projectos em favor dos desmobilizados».

«À terceira será de vez», disse ao EXPRESSO em Chipipa Mariano Chivaka, um militar da UNITA, ouvinte assíduo da LAC, a primeira rádio privada que emite em FM a partir de Luanda. Contudo, Chivaka observou que se a reunião de Chipipa ajudou a desanuviar a tensão, um longo caminho terá ainda que ser percorrido até que as tropas do Governo e da UNITA se convençam da necessidade de acatar as ordens das respectivas chefias militares.

O optimismo dos generais

EXPRESSO — Os desacordos do acordo de Lusaka foram ultrapassados?

General «Ben-Ben» — Acordámos alguns aspectos que só poderiam dar substância à aplicação do acordo, se a primeira fase fosse concluída. Conseguimos agora criar o ambiente propício para consolidar essa fase.

EXP. — Porque é que sustenta que o acordo é frágil?

B.B. — É frágil porque quando começou a ser aplicado já estava a ser violado.

EXP. — Não acredita na boa vontade do Governo?

B.B. — O compromisso que selámos com o Governo dá-nos garantias de que vamos dar passos concretos para assegurar o desengajamento das tropas nas zonas mais críticas.

EXP. — Porque é que insiste em dar primazia ao papel dos militares?

B.B. — Os primeiros passos tinham que ser concretizados pela parte militar. Como o conflito é militar, a solução será essencialmente militar. Depois, os políticos virão para consolidar a situação.

EXPRESSO — Depois da reunião de Chipipa, a desconfiança foi esbatida?

General João de Matos — Esta reunião permitiu desanuviar o clima e agora não tenho razões para não ter esperanças no que acabamos de assinar. Acertámos alguns aspectos sensíveis e acordámos o desengajamento das forças que estão muito próximas, a circulação de pessoas e o fim da propaganda hostil contra a UNAVEM.

EXP. — Mas a fragilidade dos acordos persiste?

J.M. — Não creio que existam fragilidades no acordo. O que era necessário era dar outra velocidade à aplicação do que ficou acordado em Lusaka. Isto foi obtido e creio que é suficiente para garantir o cumprimento do protocolo.

EXP. — Acredita no regresso a Luanda, em breve, do general «Ben-Ben»?

J.M. — Logicamente que sim. Luanda é a capital do país e está aberta à presença de todos os angolanos.

A estratégia do caracol

EXPRESSO, 14.1.95

«DEVAGAR se vai ao longe», garante a sabedoria popular e todas as partes envolvidas na solução do conflito angolano parecem ter adoptado esta filosofia.

Dois meses depois da assinatura do Protocolo de Lusaca o facto do processo de paz não ter descarrilado apesar dos atrasos acumulados é ainda motivo de satisfação e de alguma surpresa por parte dos mais incrédulos. Todos reconhecem, no entanto, que a reunião das chefias militares constitui um ponto de viragem na consolidação do cessar-fogo.

O general João de Matos tornou a iniciativa ao anunciar a saída de cerca de 300 «mercenários» sul-africanos que apoiavam as tropas governamentais e ao aliviar a pressão contra Andulo, posição de extrema importância estratégica e simbólica

para a UNITA; e a organização rebelde não ficou atrás, enviando a seguir o brigadeiro Chassanha, «número dois» da sua representação na Comissão Conjunta (CC) para o Negage com a missão de fazer cessar as movimentações da UNITA na zona do Uíge.

A anunciada chegada a Luanda de um general de Savimbi para coordenar com o Governo e a UNAVEM as operações de desminagem das estradas e dos futuros acantonamentos dos capacetes-azuis é outro «pequeno passo» fortemente apoiado pela comunidade internacional: a Noruega já disponibilizou dois milhões de dólares para financiar estas acções e a Suécia, Grã-Bretanha e África do Sul ofereceram o concurso de técnicos especializados.

A CC será recebida nos próximos dias pelo Presidente José Eduardo dos Santos e por Jonas Savimbi e os preparativos da cimeira entre os dois líderes receberam um impulso significativo com a divulgação da entrevista de Savimbi à RTP, durante a qual admitiu que o encontro se possa realizar em Luanda. Os últimos obstáculos poderão ser eliminados na

próxima reunião das chefias militares, marcada para dia 25 se, como se espera, a UNITA aceita mandar uma delegação mais representativa para um local «sob controlo do inimigo». A Cruz Vermelha Internacional, cujo representante assistiu ontem, pela primeira vez, a uma reunião da CC recebeu a luz-verde do Governo e da UNITA para iniciar os trâmites para a libertação de todos os militares presos ou retidos desde o reinício do conflito armado e o Programa Alimentar Mundial, encarregado de coordenar as ajudas humanitárias a Angola, diz-se pronto para iniciar a distribuição em massa, por via terrestre, de alimentos às populações civis logo que o estado das estradas o permita.

Entretanto, a ONU já entrou na fase «operacional» da constituição do futuro contingente da UNAVEM III, cujo segundo comandante será um general português. Passo a passo, vão enfraquecendo as razões para não acreditar na consolidação da paz. O que é ainda pouco quando se pensa nas centenas de vidas que as armas, a fome, a miséria e a doença continuam a ceifar diariamente.

NICOLE GUARDIOLA

Quando os inimigos se trataram por irmãos

PÚBLICO, 15.1.95

Durante quase três quartos de hora, Carlos Cruz teve que recorrer a toda a sua (já então) vasta experiência de comunicador para manter a emissão da RTP no «ar» sem que a ideia de um fracasso se generalizasse entre os telespectadores. Mário Soares fora o primeiro a entrar na sala. Trazia um ar «abatido, nitidamente cansado», contam os diários do dia seguinte. Um quarto de hora depois aparecem os membros menos influentes das delegações da Frente Nacional de Libertação de Angola (FNLA), Movimento Popular de Libertação de Angola (MPLA) e União Nacional para a Independência Total de Angola (UNITA) — por esta ordem alfabética, no respeito de uma combinação a que os três movimentos chegaram durante as conversações. Holden Roberto, Agostinho Neto e Jonas Savimbi também já se sentaram. Começam a circular «rumores incontrolláveis» sobre o atraso do primeiro-ministro Vasco Gonçalves, na presença do qual estava previsto que viesse a ser rubricado o acordo que reconhecia a legitimidade dos três movimentos armados e estabelecia os mecanismos de partilha do poder até à independência de Angola, em 11 de Novembro de 1975.

A explicação para o atraso encontra-se nas quatro versões rigorosamente iguais que é preciso passar à máquina para cada uma das delegações, avançam na altura porta-vozes da cimeira e confirma hoje o embaixador Fernando Reino, um dos oito membros da delegação portuguesa. Os receios de um volte-face de última hora esquecem-se rapidamente quando, passam já seis minutos das 23 horas, o major Melo Antunes se levanta e abre uma pasta, donde tira as folhas do acordo.

«Em voz firme, sem uma hesitação» (relatam enviados do «Diário de Lisboa»), o ministro sem pasta e chefe da delegação portuguesa procede à leitura do texto, na íntegra. Entre os presentes instala-se a ideia, bem expressa daí a momentos pelo Presidente Costa Gomes, de que, ainda que «com uma geração de atraso», o relógio português acertou finalmente pelas «correntes da História».

Finda a leitura, a sala mergulha em silêncio, por breves momentos. «Como se se acabasse de ouvir algo inacreditável». Será Lúcio Lara (MPLA) a levantar primeiro as mãos para bater palmas, «dando origem a prolongados e entusiásticos aplausos», reportam os enviados do «Diário Popular».

No mesmo hotel de Thomaz

Os 60 artigos do chamado «Acordo do Alvor» demoraram seis dias a ser aprovados por Portugal e pelas três organizações angolanas que mantiveram uma guerra de 13 anos com a metrópole.

Chegados numa quinta-feira de nevoeiro ao aeroporto de Faro — a mesma quinta-feira, 9 de Janeiro, em que, em Lisboa, Manuel Serra anunciou a sua saída do PS para criar a Frente Socialista Popular (FSP) —, os membros das quatro delegações, bem como três representantes de associações económicas angolanas, trazidos de Luanda por Rosa Coutinho (ver «Angolano, rico, fora da carroça»), dormiram sete noites no mesmo hotel algarvio, alojados cada um no seu piso mas partilhando restaurantes, bares, salas de jogos e de televisão, sem lugares previamente marcados. «O objectivo foi o de dar um enquadramento 'social' que criasse um clima de confiança», conta ao PÚBLICO o brigadeiro na reserva Pedro Pizarat Correia, que integrou a delegação portuguesa na qualidade de representante do MFA (Movimento das Forças Armadas) de Angola.

Fernando Reino, acom-

panhado por membros da segurança do Estado português, deslocou-se previamente à região e escolheu o hotel da Penina. «Não era por acaso que o almirante Américo Thomaz ali se alojava nas suas deslocações ao Algarve. A configuração da sala onde decorreriam as reuniões era a que melhores condições oferecia», recorda o diplomata, que recentemente se reformou.

O objectivo viria a ser atingido quase em pleno, testemunham diferentes participantes, assinalando o ambiente de distensão que presidiu à cimeira. Tal não impediu, contudo, que se evidenciassem acentuadas diferenças de comportamento entre os membros de cada movimento. Esta é, pelo menos, uma das poucas recordações que Rui Machete guarda daqueles dias. Assessor jurídico, ao tempo, do Ministério dos Negócios Estrangeiros, o actual presidente da Fundação Luso-Americana reteve a rapidez com que os homens do MPLA se aproximaram dos seus anfitriões. «Talvez porque a maior parte tinha estudado em Portugal, estabeleceram-se facilmente relações de convívio connosco.»

Continua na pág. 10

Continuação da pág. anterior

Quando os inimigos se trataram por irmãos

O contraste não podia ser maior com os dirigentes da FNLA, alguns dos quais evidenciavam dificuldades no uso da língua portuguesa. "Quase não apareciam, mais parecendo uns bichos do mato", lembra Pezarat Correia, que ficou também com uma recordação pouco entusiasmada dos homens de Savimbi.

O então major protagonizou, de resto, com Melo Antunes um dos episódios de maior tensão entre os representantes portugueses e o presidente da UNITA — olhado curiosamente por Rosa Coutinho como "a peça central do galheteiro" (ver entrevista). Apesar do auxílio do MFA ao seu movimento (foi a atribuição à UNITA, por Portugal, do mesmo estatuto de legitimidade que se reconhecia aos outros dois que abriu a Savimbi as portas da Organização de Unidade Africana, nas vésperas do Alvor), os homens do Galo Negro mantinham uma atitude de desconfiança em relação aos militares revolucionários.

Ao deparar um dia no restaurante do hotel com os dois oficiais em ameno convívio com Aquino de Bragança — um homem muito ligado ao partido Frelimo e que perdeu anos mais tarde no acidente de aviação em que morreu também Samora Machel, de quem era conselheiro —, o líder a UNITA explodiu. "Aquino tinha sido o autor de acusações recentemente publicadas pela revista 'Afrique-Asie' sobre ligações da UNITA à FIDE. Savimbi fez-nos saber de imediato que considerava a presença dele à nossa mesa uma provocação e ameaçou suspender a sua participação na cimeira. Dissemos ao Aquino para não voltar a aparecer...", conta Pezarat.

A cimeira paralela de Almeida Santos

A cimeira do Alvor começou a ser preparada cerca de três meses antes, com encontros secretos da parte portuguesa com Agostinho Neto, em Argel, e com o Presidente zaireense Mobutu, em Kinshasa. A espinha dorsal do acordo, porém, elaboraram-na os três movimentos angolanos na pré-cimeira de Mombaça, uma semana antes do Alvor, sustenta Pezarat Correia. "A divisão de po-

deres, a estrutura do governo de transição, a integridade territorial de Angola [do Cunene a Cabinda, excluindo as reivindicações independentistas da FLEC, Frente de Libertação do Enclave de Cabinda] e a data da independência foram combinadas sem participação nossa", assegura, indignado com as acusações de Jonas Savimbi contra aquilo que designa por "traição" de Portugal no Alvor.

Sem pôr em causa a importância de Mombaça na aproximação de posições entre os movimentos, o deputado socialista Almeida Santos, ao tempo ministro da Coordenação Interterritorial, privilegia as circunstâncias históricas internacionais e nacionais em que a cimeira decorreu. "Vivia-se uma situação caótica em Angola. As forças armadas entraram num demissionismo enorme — era o tempo do slogan 'Nem mais um soldado para as colónias' — e começaram a negociar directamente com os movimentos; cada um destes dispunha do seu exército; acentuavam-se cada vez mais os laços com a CIA (FNLA), a África do Sul (a UNITA, já nessa altura) e a Rússia (o MPLA)."

Ao contrário do que acontecera nos processos que conduziram às independências da Guiné e Cabo Verde e de São Tomé e Príncipe, Almeida Santos foi colocado nestas negociações, juntamente com Mário Soares, então ministro dos Negócios Estrangeiros, em posição subalterna em relação aos militares do MFA. "Nós limitámo-nos, no Alvor, a melhorar a forma", diz, revelando, porém, que protagonizou uma proposta de última hora tendente a garantir maior eficácia ao período de transição.

"Apercebi-me de que os mecanismos previstos não iam funcionar e convidei os três líderes para um encontro que se prolongou até às tantas da manhã. A minha proposta consistia num sistema de partilha de poder em que cada líder era rotativamente Presidente, primeiro-ministro e presidente da Assembleia, permitindo assim que cada um detivesse sempre uma parcela de poder. Lá pará as três, quatro da manhã, o acordo estava feito, mas o Agostinho Neto (com quem tinha excelentes relações, pois fomos colegas em Coimbra) disse que preci-

sava de ouvir a gente dele. Infelizmente, no dia seguinte a resposta foi negativa."

O fracasso desta iniciativa, desconhecida até hoje ("é uma cacha que lhe ofereço, antes de publicar um livro sobre a descolonização que já me leva 500 páginas e ainda não entrou neste período"), foi insuficiente para esbater as esperanças de Almeida Santos. "Eles próprios deram-nos motivos: tratavam-se por irmãos, e criaram um ambiente que justificava o optimismo." Pezarat Correia recorda apenas dois momentos de alguma tensão negociada, ambos com os homens de Holden Roberto postados na primeira linha da intransigência.

O primeiro consistiu na exigência de desarmamento de 16 companhias de comandos catangueses, que haviam funcionado no passado como auxiliares do Exército português. Os militares perceberam que se tratava de um recado de Mobutu, o então poderoso chefe de Estado zaireense que a parte portuguesa não conseguia deixar de ver quando olhava para a cadeira de Holden Roberto. Uma vez que os desarmara pouco antes, Pezarat não teve dificuldades em garantir a neutralidade da temível força que, dando razão aos receios de Mobutu, viria mais tarde a desempenhar papel decisivo na guerra civil, ao lado do MPLA.

A nomeação do novo alto-comissário provocou o outro momento de tensão. A FNLA não se limitou a vetar o nome de Rosa Coutinho: exigiu que este fosse substituído pelo general Silva Cardoso, da Força Aérea. O apoio dado a este nome por Savimbi lançou a inquietação no >>> MFA de Angola, que pediu a Pezarat para recorrer aos bons ofícios do Presidente Costa Gomes. Para surpresa deste oficial, o MPLA, receoso de ser marginalizado pelo novo alto-comissário, acabou por se juntar, já no dia 16, horas depois de rubricado o acordo, aos outros dois movimentos. "A nossa ideia de que Silva Cardoso fraquejava nos momentos mais difíceis veio a confirmar-se e levou à sua substituição, a meio do mandato, pelo almirante Leonel Cardoso."

Apesar da fragilidade dos acordos, toda a gente se mostrava confiante. "Vós, angolanos governantes e governados, sereis capazes de dirigir e aplicar as potencialidades do território ao ritmo trepidante de quem tem a construir um dos mais florescentes países do continente africano", proclama Costa Gomes no discurso de encerramento da cimeira. Os tempos mostravam-se propícios ao sonho. "Era a época saída da Revolução, da utopia da esperança", justifica Rui Machel. "Quando se olha para trás, há a sensação de que se vivia anestesiado. Por vezes apercebiam-se os perigos, mas faltava a acutilância para ter realismo".

Apesar das ilusões, Almeida Santos e Pezarat Correia consideraram injusto denegrir o Alvor. O deputado socialista aponta dois responsáveis principais da tragédia de Angola, "o território onde melhores condições existiam para uma descolonização razoável": as potências internacionais, que interferiram no processo, e Salazar, "que fez prolongar a guerra e surgirem três exércitos".

Pezarat Correia considera, por seu lado, que o acordo assentou totalmente na boa fé dos signatários e que aí residiu o seu falhanço. "Se mais tarde, em Bicesse, tem havido menos orgulho da ONU e menos vontade de denegrir o Alvor por parte de Durão Barroso, e se se tivessem estudado as causas do seu falhanço, talvez os resultados tivessem sido diferentes, não se admitindo, por exemplo, a realização das eleições sem a desmobilização efectiva dos movimentos."

Horas depois da cerimónia, recebida em Angola com "exuberante alegria", segundo o correspondente do "Diário Popular", Holden Roberto e Jonas Savimbi tomam o avião de regresso (o primeiro a Kinshasa, o segundo a Luanda, "via Lusaca"), enquanto Agostinho Neto viaja em peregrinação de saudade até ao Porto, onde abraça o seu advogado António Macedo, e Coimbra, onde estudou medicina. No Pavilhão dos Desportos em Lisboa, Salgado Zenha mobiliza os socialistas contra a Lei da Unidade Sindical. Comandos de Jaime Neves percorrem a pé, "sob um frio enregelante", as estradas do distrito de Bragança, levando aos transmontanos, que os recebem "calorosamente", notícias da Revolução. ■

Cardoso e Cunha, protagonista esquecido Angolano, branco, rico, fora da carroça

PÚBLICO, 15.1.95

NUMA DAS mesas das personalidades convidadas para a cerimónia de encerramento da Cimeira do Alvor, não longe do Presidente da República, Costa Gomes, um homem junta as suas às palmas dos convidados, mas tem já a consciência de que o texto lido por Melo Antunes marca o fim do protagonismo daqueles que ali representa, nos destinos de Angola. "O acordo traçava uma fronteira não já entre angolanos e estrangeiros, mas entre pretos e brancos. Apercebi-me, claramente, que nós, o grupo de angolanos de raiz portuguesa, não ligados aos movimentos de libertação, estávamos fora da jogada."

Cardoso e Cunha, o actual comissário da Expo-98, foi um dos três representantes das actividades económicas angolanas (responsáveis das associações de industriais, comerciantes e agricultores do território) convidados pelo alto-comissário almirante Rosa Coutinho a deslocarem-se ao Algarve como consultores da delegação portuguesa.

Membro de uma família radicada naquela antiga colónia há um século "e sem inte-

resses fora de Angola", António Cardoso e Cunha não estranhou o convite de Rosa Coutinho. "É preciso ter em atenção as diferenças marcantes entre a realidade colonial e a realidade colonialista. Nós éramos um grupo da realidade colonial angolana predisposto a participar na evolução para uma realidade independente. As associações empresariais angolanas tinham já hábito de intervir e não admira por isso que aceitassem com toda a naturalidade a iniciativa de Rosa Coutinho, indicando os representantes de cada uma das associações."

Os convidados do representante do Estado português viajaram de Luanda para Faro num avião da Força Aérea Portuguesa carregado de simpatizantes do MPLA. A viagem durou dois dias e proporcionou aos atónitos homens de negócios de origem portuguesa a experiência única de se encontrarem face a face, pela primeira vez, com Agostinho Neto e Jonas Savimbi. "Tivemos que voar por duas vezes de Luanda até Lusaca para ir buscar Jonas Savimbi. Quando este entrou

no avião, passou ostensivamente por Agostinho Neto sem o cumprimentar. Os oito bancos da primeira classe do avião dispunham-se de frente uns para os outros. Pois bem, fomos falando uns com os outros, mas eles assim se mantiveram até aterrarmos, já de madrugada, em Faro, donde fomos conduzidos de automóvel até ao Hotel da Penina."

Acabou aqui a ligação dos representantes do "poder branco angolano" à cimeira, recorda Cardoso e Cunha. "Durante os dias que duraram as conversações, passeámo-nos pelos corredores, bebemos nos bares, fomos conhecendo pessoas, recordo até o momento em que vi, pela televisão, ao lado de um Mário Soares 'apardalado', a famosa manifestação diante do Ministério do Trabalho pela unicidade sindical. Rosa Coutinho de vez em quando vinha falar connosco. Mas a única vez em que voltámos a ser solicitados foi para nos indicarem os lugares, de algum relevo, aliás, na sessão de encerramento."

As últimas ilusões de protagonismo no processo de independência desfizeram-se no momento em que, quase logo a seguir, o poder revolucionário nomeou os seus representantes no Governo de transição. "Os ministros vieram de Lisboa. A comunidade viu-se em definitivo fora da carroça."

Seguiram-se vários meses em que, à semelhança de muitos outros homens de negócios angolanos de origem portuguesa, Cardoso e Cunha acreditou que a guerra não chegaria a terras da Huíla, no Sul, onde se manteve sem quais-

quer problemas, apesar da administração pública ter entretanto sido ocupada pelo MPLA.

Chegará o dia, porém, em que mal tem tempo para deglutir a informação — que empregados lhe comunicam via rádio a partir de uma das suas fazendas, situada na fronteira com a Namíbia — sobre a passagem de uma coluna militar não identificada. "Como num filme sobre o exército de Rommel, duas colunas de homens bem treinados (nenhum negro entre eles) ocupam Sé da Bandeira. Nessa mesma noite, chegam à cidade soldados negros com uma farda parecida com a sul-africana. Pertencem à UNITA e ocupam eles a administração. Aquele dia foi muito importante para mim. Quando vi os sul-africanos, disse à minha mulher: 'Acabou a nossa participação neste jogo, que deixou de ser angolano para ser mundial.'"

Será ainda preso e ameaçado de morte. Foge de noite de casa, quatro dias pelo mato até à fronteira com a África do Sul. Chega a Portugal, onde não dispõe sequer de casa própria. Inicia aqui uma nova vida. Pela política, que o há-de conduzir aos mais altos cargos em Lisboa, Bruxelas, e de novo Lisboa.

Vinte anos depois, Cardoso e Cunha gosta de recordar que esteve presente no Alvor. Lamenta, porém, que ali não tenha havido o discernimento de traçar a distinção correcta entre nacionais e estrangeiros, entre comunidade colonial e colonialista. "Angola seria hoje um país como o Zimbábue." ■ A.G.

Rosa Coutinho

"Tirei Angola da boca do Mobutu"

PÚBLICO, 15.1.95

FIGURAS DAS mais controversas do polémico processo, o alto-comissário Rosa Coutinho não resistiu ao Alvor: a FNLA exigiu a sua cabeça, sendo substituído, no dia seguinte à assinatura solene do acordo, pelo general da Força Aérea Silva Cardoso.

Embora sem participar directamente nas conversações, Rosa Coutinho manteve-se durante toda a semana no Algarve, à frente de uma delegação constituída por uma dezena de personalidades representativas da comunidade portuguesa em Angola, entre as quais o actual comissário da Expo-98, Cardoso e Cunha. O "almirante vermelho", como os seus adversários lhe chamavam, reconhece que "salvou" o MPLA. Mas lembra que os inimigos principais eram a FNLA e os apetites

externos por Angola, em particular do Zaire. E que Savimbi era visto como um ponto de equilíbrio. Na situação de reforma, Rosa Coutinho, 68 anos, é gerente da Coteco, uma empresa de "cooperação técnica e comercial" com os PALOP.

PÚBLICO — O que representou para si o Alvor?

ROSA COUTINHO — Foi para mim um passo muito importante. Considero mesmo o culminar da minha actuação em Angola, pois conseguimos aquilo que toda a gente considerava impossível: convencer os três movimentos a virem dirimir as suas inimizades em território português, com vista a chegarem a um acordo conjunto com a antiga potência colonial. Foram as únicas negociações de descolonização

que decorreram em Portugal — primeiro feito notável. Os outros dois foram o facto de os três movimentos assentarem que a independência de Angola devia ser feita na integridade das suas fronteiras, incluindo Cabinda, e marcarem uma data precisa para a independência.

P. — Vinte anos depois tudo voltou ao princípio...

R. — Os acordos de Bicesse também foram feitos na melhor das boas fés, e depois deram no que deram...

P. — O que é que foi mais difícil em todo o processo negocial do Alvor?

R. — Convencer o MPLA. Este movimento estava dividido (a Revolta do Leste, de Chipenda e a Revolta Activa, de Joaquim Pinto de Andrade questiona-

vam Agostinho Neto, o mais representativo) e numa posição de fraqueza enorme. No congresso em Agosto anterior, que decorreu em Lusaca, na Zâmbia, tinham voltado a não se entender. Kaunda, que apoiava a facção Chipenda, chegou a ameaçar os apoiantes de Neto e de Pinto de Andrade. Estes retiraram-se e ficaram os 25 por cento de Chipenda, que o elegeram.

A salvação de Neto veio de uma reunião promovida por cinco chefes de Estado africanos, que forçaram a unidade e de que resultou a eleição de Neto como presidente e dos outros dois como seus vice-presidentes. Logo a seguir, porém, o Chipenda fugiu para Kinshasa, onde abriu uma delegação do MPLA, vindo mais tarde a aliar-se à FNLA e colocan-

Continua na pág. 12

Enviados especiais recordam os dias do Alvor

“Escreveu-se mais com o sentimento do que com a razão”

PÚBLICO, 15 1.95

David Lopes Ramos

Foram umas três centenas os jornalistas que acompanharam os dias dos acordos do Alvor, em Janeiro de 1975. Vivia-se a euforia “e os excessos também” da liberdade reconquistada. O “espírito libertário” andava à solta e pelas ruas de Portugal passeavam-se “rostos felizes”. Mesmo quando as ilusões não eram

grandes quanto ao futuro, todos se sentiram a testemunhar um momento para a História. A maioria confessa que torceu pelo MPLA.

Tinha a certeza que estava a viver um momento histórico. Mas, mais do que isso, a reportagem da assinatura dos acordos de Alvor foi o momento mais alto e mais bonito da minha carreira profissional. O nosso trabalho de jornalistas tem muito a ver com o ambiente que nos rodeia. E, em Portugal, dominava o es-

pírito libertário. O poder não se fazia sentir. O poder éramos nós, cidadãos. A liberdade e a alegria estavam na rua. Vi, nessa altura, rostos felizes na rua em Portugal. E muito raro vemos rostos felizes quando percorremos as cidades de um país. Vi uma grande felicidade colectiva em Dezembro de 74/Janeiro de 75 em Portugal.”

Artur Queirós, então chefe de redacção da Emissora Oficial de Angola e correspondente do “Diário de Notícias” em Luanda, quase atropela as palavras. Militante do MPLA empenhado na luta anticolonial, não esconde o espanto quando conciu que “o MFA era o movimento de libertação mais consequente que se encontrava naquela sala. Foi um momento histórico irrepitível. A tropa portuguesa tinha sido o suporte

do colonial-fascismo. Fizemos, o Francisco Simons, o Horácio da Fonseca, o Humberto Jorge e eu, grandes reportagens. Emitimos 24 sobre 24 horas”.

Fez a cobertura do “célebre encontro entre Savimbi e Agostinho Neto, no Luso, em que o MPLA reconheceu a UNITA como movimento de libertação. Holden Roberto, chefe da FNLA, recusou-se terminantemente a colaborar”. Único jornalista presente a seguir em Mombaça, apercebeu-se de que, paralelamente às conversações oficiais que decorriam de manhã, delegações da UNITA e da FNLA se reuniam em negociações paralelas, de tarde, num outro hotel. Deu a notícia. O MPLA ameaçou não assinar o acordo. Relata: “Foi uma confusão dos diabos, mas tudo se compôs. No comunicado final, lido pelo Presidente Agostinho Neto, havia um último ponto em que os três movimentos se comprometiam a pedir aos seus amigos jornalistas que não divulgassem notícias que pudessem prejudicar o processo de independência.”

Por estas e por outras é que Queirós, a viver em Portugal mas mantendo laços estreitos com Angola, nunca acreditou na eficácia dos acordos de Alvor. “Até porque — explica — quando chegámos ao Algarve verificámos que a UNITA tinha na sua delegação notórios fascistas, como, por exemplo, João Fernandes Vieira, o patrão dos patrões de Angola, que fora expulso por Rosa Coutinho por estar empenhado numa tentativa de golpe para impor um regime de minoria branca. Mal terminou a assinatura dos acordos, o seu amigo Iko Carreira, um destacado comandante guerrilheiro e, mais tarde, chefe da Força Aérea Angolana, abraça-o e diz-lhe: “Agora sabes o que temos que fazer? Tudo para não nos apanharem na ratoeira. Isto é uma ratoeira. Estamos sem armas e desorganizados. Se não agirmos imediatamente, vão-nos apanhar.”

“Depois ajustamos contas”

Rodrigues da Silva, que fez a reportagem para o já de-

Continuação da pág. anterior

Angolano, branco, rico, fora da carroça

do o MPLA na difícil situação de movimento de libertação sem guerrilheiros, pois restava-lhe a 1ª Região Militar, dirigida por Nito Alves (três anos mais tarde executado por Neto na sequência da revolta do 26 de Maio).

P. — O que acaba de dizer confirma a razão dos que o acusam de ter favorecido o MPLA!

R. — O MPLA era dos três o movimento com mais expressão política e cultural. Veio a ver-se depois, a nível da administração, por exemplo: os mais capazes pertenciam ao MPLA, embora não o revelassem. O problema é que aquele partido era um saco de gatos...

P. — Acreditou, em 15 de Janeiro de 1975, que ia haver paz em Angola?

R. — Na altura disse, entre amigos, que tinha sido uma espécie de caldeirada à portuguesa.

P. — ... que é um excelente prato...

R. — ... quando o peixe é bom. Um homem como Holden Roberto estragava o prato todo...

P. — E Savimbi? Como eram na altura as vos-

sas relações?

R. — Com a UNITA era possível o diálogo. A UNITA daquele tempo era um elemento de equilíbrio, era mesmo a peça central do galheteiro, os dois outros é que eram inimigos fígadais...

P. — ... facto que torna ainda mais dramático o que se passou em Angola desde essa altura até aos nossos dias!

R. — A chave da situação posterior tem um nome: África do Sul. O regime do “apartheid” estava desesperado com a chegada das independências negras junto das suas fronteiras, pois compreendia que elas representavam uma ameaça de morte para a sua sobrevivência. A seguir ao 25 de Abril, a UNITA contava apenas com o apoio do Conselho Mundial das Igrejas, sediado na Suíça. Só depois do Alvor é que Savimbi veio a contar com o apoio da RAS, obtida a “cunha” dos EUA, que na altura apoiavam ainda o seu cavalo coxo, a FNLA. Numa posição de fraqueza, sem suporte militar, Savimbi preparava-se para desempenhar o papel de governador do Bié, uma descolonização à antiga.

P. — Voltando às conversações: houve momen-

tos de tensão?

R. — Apenas entre os dois movimentos inimigos. O MPLA olhava a UNITA de alto.

P. — Quando partiu para o Alvor, já sabia que a sua cabeça era exigida pela FNLA. Foi portanto uma espécie de cordeiro que se imolou no Alvor em nome do acordo?

R. — Fui uma moeda de troca. Devo dizer que tirei Angola da boca do Mobutu, que até já mandava os filhos a passarem férias nas praias de Luanda. O mesmo se preparava para fazer Omar Bongo, do Gabão, em S. Tomé e Príncipe. Quando foi da independência, exigiu ao (Presidente) Pinto da Costa o palácio presidencial só para ele. Não queria que eu ficasse lá. Toda a gente tentava meter a mão na caldeirada.

P. — A verdade hoje irrefutável é que o acordo de Alvor fracassou...

R. — Quando se tenta um governo com um primeiro-ministro que muda todos os meses. Uma vez, o N'Gola Kabango (FNLA), outra, o Lopo do Nascimento (MPLA), a terceira, o José NDele (UNITA)...

Adelino Gomes

Continua na pág. 13

Continuação da pág. anterior

“Escreveu-se mais com o sentimento do que com a razão”

saparecido “Diário Popular”, foi um das centenas de jornalistas presentes no Alvor que não teve dúvidas que, depois dos acordos, “vinha a guerra”. Porquê?

“Bastava ver a maneira como se relacionavam os presidentes dos movimentos e a forma arrogante como os assessores das delegações falavam para os jornalistas. Diziam que, depois dos sorrisos, em Angola ajustariam contas. Era notório que Savimbi, Holden e Agostinho Neto eram de famílias diferentes. Tinha a intuição de que aquilo ia dar guerra, mas não o escrevi. Eu estava pelo MPLA. Hoje não estou por nenhum. Acho que fiz um mau serviço, embora o director e os leitores do ‘Popular’ tenham gostado. Isto não é uma desculpa. Hoje nem quero ler aquilo. Em 1974 tínhamos muitas esperanças e pouca clarividência. Peço desculpa póstuma aos leitores.”

Luis Rodrigues, 56 anos, hoje consultor em gestão e “marketing”, mas redactor principal e adjunto do director do jornal “Provincia de Angola” e correspondente do “World Service” da BBC, à época dos acordos, também não acreditava na paz. Explica: “Os acordos do Alvor foram assinados por partidos que, além dos votos, tinham armas por trás. Sempre disse: não há hipótese de solução política com facções armadas. Defendia que só se houvesse um longo período de transição sob tutela portuguesa, em que os três movimentos fossem desarmados, é que tudo poderia decorrer normalmente”.

Embora sem o explicitar, Luis Rodrigues deixa perceber a sua simpatia pela UNI-

TA. Chegou a estar baseado em Lusaca de onde “fazia a ligação com Savimbi”. Viajou para Faro com as delegações do MPLA e da UNITA. No avião, “vinha também o chefe da Pide em Angola, São José Lopes.”

No Alvor, embora sem acesso à Penina onde decorriam as negociações (os jornalistas estavam no Hotel D. João II), Luis Rodrigues garante que “estava a par de tudo o que se passava lá dentro”, porque o director do “Provincia de Angola”, Moraes Sarmiento, fazia parte da delegação angolana. Tinha consciência que assistia à “machadada final no regime colonial”, mas não alimentava ilusões. Tanto mais que o então embaixador dos EUA em Portugal, que conhecia, o terá informado de que “a CIA ia apoiar a Unita, caso os comunistas apoiassem o MPLA, como sucedeu. Na altura, a CIA, embora continuando a apoiar Holden, decidiu mudar para a UNITA, que considerou melhor organizada”.

Comícios no bar

Fernando Assis Pacheco, jornalista e escritor, hoje na “Visão”, fez, com Eugénio Alves e Daniel Reis, parte da equipa que o também já desaparecido “Diário de Lisboa” mandou para o Alvor. Tem ténue recordação do que se passou. Mas é claro a afirmar que a sua “perspectiva era muito anti-UNITA”. Está, aliás, convicto que “o posicionamento da maioria dos jornalistas presentes no Hotel D. João II era pró-MPLA. Ninguém gostava de Jonas Savimbi. Havia até um velho jornalista australiano, Wil-

fred Burchett, que estivera no Vietnam do lado dos vietnamitas, que fazia, todos os dias, no bar, autênticos comícios a favor do MPLA”.

Depois, acrescenta Assis Pacheco, “o MPLA tinha uma máquina de propaganda muito bem montada. Luandino Vieira, um escritor de prestígio oriundo de Portugal, era um dos assessores da delegação”. O repórter não esconde que alimentou a ilusão de que Angola “ia ser um outro Brasil, mas que funcionasse. Que ia correr bem. Imaginem: a correr bem!”

Este sentimento era partilhado por Eugénio Alves, hoje no “Jornal de Notícias”. Mas entende que o descalabro começou com o afastamento de Rosa Coutinho de Alto Comissário. “Ele era decidido e procurava manter o equilíbrio. Ainda como Alto Comissário, foi ele quem convenceu a UNITA a ir para Luanda”.

João Paulo Dinis, actualmente animador do Programa da Manhã da RDP-1, mas então no Rádio Clube Português, ficou com a ideia de que “aqueles eram, de facto, momentos históricos”, mas também “foram dias de alguma confusão”. Quanto ao futuro imediato de Angola, confessa, não alimentava grandes ilusões.

Augusto de Carvalho, hoje no Maputo a gerir o semanário “Domingo” e a tentar fazer do “Noticias” um jornal diário “de nível europeu”, estava “absoluta-

mente seguro de que assistia a um facto histórico, porque o acordo abria as portas à concretização da independência de Angola”.

Pensa que, na altura, a maioria dos jornalistas portugueses “praticamente desconhecia a FNLA. Em termos afectivos, havia uma preferência pelo MPLA, até porque a maioria dos seus dirigentes mais conhecidos tinham estudado em Portugal”.

Num curto depoimento escrito, Fernando Cascais, actualmente na Direcção de Informação da Lusa e então no desaparecido “República”, valoriza outras questões: “1974 era um ano ímpar, como não houve nem haverá outro no jornalismo português. Libertos da censura, jornais e jornalistas viviam a euforia (e os excessos também) da dignidade reconquistada. A distância de 20 anos, Alvor é uma das estrelas dessa galáxia de acontecimentos pós-25 de Abril”.

“Foram dias vividos dentro do hotel e sempre de vigília à notícia. Isto é, quase sempre de um lado para o outro, no ‘hall’, no bar, nos corredores, não fosse a novidade apanhar-nos durante o sono. Lembro-me de sermos muitos, mas não guardo memória de hostilidades, hipocrisias ou jogos-de-escondidas. Ainda não era o tempo da concorrência a qualquer preço.”

Fernando Cascais recorda, “vivamente”, o anúncio dos acordos. “Duvido que a grande maioria dos meus companheiros tivesse conseguido evitar, nesse momento, uma das velhas ratoeiras profissionais: ver, escrever ou contar muito mais com sentimento do que com a razão.”

QUAL FOI O PAÍS A FAZER MAIOR INVESTIMENTO ESTRANGEIRO EM MOÇAMBIQUE NO ANO PASSADO?

PÚBLICO, 15.1.95

• Portugal, segundo o Centro de Promoção de Investimentos (CPI). Até ao dia 7 de Dezembro de 1994 (data da cessação de funções do último Governo moçambicano), Portugal foi o maior investidor, com um total de 32,9 milhões de dólares (5,3 milhões de contos). Os números referem-se a investimentos autorizados, que poderão não estar ainda completamente concretizados. A compra, por 20 milhões de dólares, da Companhia de Cimentos da Matola pela Cimpor, e a próxima abertura de um banco pelo BCP, com a participação do Banco de Moçambique, podem

explicar o elevado montante do investimento português em Moçambique no ano transacto.

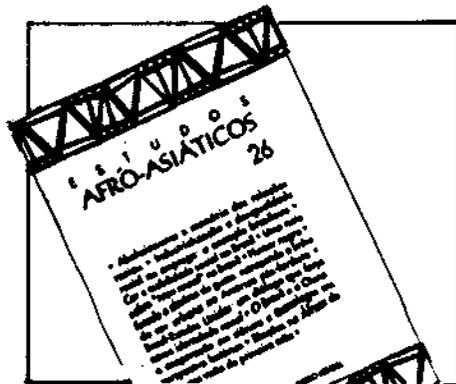
A seguir a Portugal destaca-se a África do Sul, com um total de 17,7 milhões investidos no país em 1994, seguida da Grã-Bretanha, que aplicou 4,4 milhões de dólares em Moçambique.

O investimento estrangeiro directo neste país africano em 1994 perfaz 64,151 milhões de dólares, um crescimento de cerca de 300 por cento em relação aos 20,7 milhões de 1993.

Portugal figura ainda em segundo lugar, depois da Grã-Bretanha e antes da África do Sul, entre os países com maiores investimentos acumulados em Moçambique. Desde 1985, Portugal investiu aí 60,4 milhões de dólares, 22,6 por cento do total de investimento no país, contra

100,2 milhões da Grã-Bretanha e 43,4 da África do Sul.

As principais áreas de investimento são a agricultura e a agro-indústria, com 31,5 por cento, seguidas da indústria, com 27,2 por cento, e 18,1 por cento no turismo e hotelaria.



Receio de escutas telefónicas ensombrou Cimeira do Alvor

Entre o champanhe e a espionagem

PÚBLICO, 15.1.95

Idílio Revez

Há duas décadas, no Hotel da Penina, eram todos camaradas e amigos. Bebiam champanhe, do bom, e acreditavam num mundo melhor. A segurança, no entanto, não tinha perdido os velhos hábitos da espionagem e, ao mesmo tempo, entrava em acção. Um recepcionista com olhos para o negócio também aproveitou a ocasião para vender peúgas e cuecas aos homens que tinham vindo do mato.

Que ainda paira na memória dos empregados do Hotel da Penina que, há 20 anos, no Alvor, assistiram à assinatura dos acordos é a imagem do clima conspirativo que antecedeu o acto histórico e as inúmeras garrafas de champanhe francês que foram vertidas. Nos bastidores, longe das conversas ao mais alto nível mas com o ouvido bem apurado, cinco telefonistas eram os "generais" no comando das operações de comunicação entre os intervenientes no processo. A sua função, no entanto, não se realizou mutuamente.

A central telefónica, a funcionar à maneira antiga — dependente da habilidade de meter e tirar cavilhas —, era um dos pontos que a segurança considerava vulneráveis. Gabriela Espiridião, uma das tele-

fonistas que deu assistência à cimeira, lembra que chegaram a trabalhar 19 horas consecutivas: "Quase não tínhamos tempo para respirar." Formaram-se listas de espera para a utilização das dez linhas do PBX. E, como era o Estado português a pagar, "toda a gente aproveitava para telefonar à família".

Dois dias antes do início dos trabalhos, a segurança inspecionou os telefones e todos os outros "pontos fracos", no que diz respeito à montagem de possíveis escutas ou atentados. O director de pessoal, José Matias — nessa altura e agora —, disse ao PÚBLICO que a Polícia Judiciária também consultou os processos individuais de todos os funcionários e até lhes foi fornecida uma lista das matrículas dos seus automóveis particulares: "Ninguém aqui entrava sem ser identificado."

Gabriela Espiridião — hoje já a manipular um moderno aparelho digital com o dobro das linhas que tinha naquela altura — confessa que, apesar do "stress" causado por toda a agitação, foi gratificante sentir que serviu de veículo a um "importante acontecimento histórico". O que não era lá muito agradável, afirmou, era o facto de o seu trabalho estar permanentemente a ser vigiado por dois ou três elementos dos movimentos de libertação e pela Polícia Judiciária. "Sentia um ambiente tenso, mas não via hostilidades."

Das histórias dos operacionais que estavam de serviço à central telefónica, Gabriela teve dois momentos, de sinal contrário: "Van Dunen a falar dos seus ideais e da UNITA — ele era o que mais gostava de conversar connosco." E o momento em que uma cavilha do telefone não entrou como deveria e a confusão se gerou. "O sistema era falível no que diz respeito à possibilidade de escutar telefonemas. A segurança imaginou que estaria montado al-

gum 'complot' não sei contra ou a favor de quem." O incidente gerou o nervosismo entre os presentes "e não descansaram enquanto não desmontaram o aparelho, até concluírem que não havia sombra de espionagem".

O electricista Ludgero Santiago também tem uma história idêntica para contar. Uma noite, por volta das 4h30, foi chamado à sala de conferências. "Tinham lá visto uma caixa de telefones com uns fios que acharam esquisitos. Perguntaram-me o que era aquilo; respondi-lhes, simplesmente, que era uma caixa de telefones e que nada mais sabia. [Até chegar o técnico dos telefones, três horas depois], não pude arredar pé e, de vez em quando, miravam-me de alto a baixo", recorda o electricista. Santiago lembra-se ainda de uma noite ter colocado reticências a um pedido da recepção para ir fechar uma janela que estava a bater com o vento num terraço. "O edifício estava todo rodeado de militares armados e eu disse: 'Só vou, se for acompanhado de um oficial, porque não quero levar um tiro.'"

A bomba que não existiu

As delegações estavam alojadas cada uma no seu piso. As relações entre os seus elementos eram de camaradagem, recorda José Matias, que reteve as inúmeras garrafas de champanhe Cordon Rouge, cada uma a três contos, "o equivalente ao salário mensal de um porteiro e quase o de um recepcionista, que ganhava cerca de quatro contos".

A realização deste encontro veio permitir equilibrar as contas do hotel, que estava com dificuldades financeiras devido à falta de turistas, em consequência do momento revolucionário que se vivia. Os participantes "bebiam bem, mas nunca houve qual-

quer problema entre a clientela". No que diz respeito às ideias políticas que fervilhavam naquela época, o 25 de Abril só chegou ao hotel quase um ano depois, a 17 de Abril, "quando se verificaram alguns saneamentos".

O recepcionista Joaquim Martins — há 20 anos empregado de mesa — testemunhou um caso que ia sendo dramático. Na altura de ser servido o jantar, o pavimento da cozinha abaulou, provocando um ruído. A segurança, "desconfiando tratar-se de alguma explosão explosiva, mandou evacuar o pessoal e passou a examinar se havia ou não por ali alguma bomba". Alertado o chefe da manutenção, "o senhor Gonçalves chegou, observou e pediu aos polícias para se afastarem. Ganhou embalagem e saltou para cima dos mosaicos, quebrando-os". Com essa atitude esclareceu todo o mistério: "A tubagem dilatara devido ao aquecimento, levantando o pavimento — o que não era a primeira vez que acontecia."

Martins é um dos 115 funcionários ainda ao serviço do hotel, que na altura empregava 390. Das peripécias que se verificaram durante a cimeira recorda-se de uma outra protagonizada por um seu colega. Os elementos da segurança da delegação da FNLA, alojados no quarto piso, "tinham dificuldades de conversação em português, só falavam francês". Alguns, sublinha, "terão vindo quase directamente do mato para um hotel de cinco estrelas". Ora, o colega de Martins, apercebendo-se do ar que faziam perante certas coisas vulgares, propôs-lhes a venda de cuecas e peúgas. "Com a transacção dessas peças ganhou bom dinheiro."

NOTÍCIAS AFRICANAS é uma publicação do CENTRO DE ESTUDOS AFRO-ASIÁTICOS, do Conjunto Universitário Candido Mendes. Edição: Equipe do Programa de Estudos Africanos (Beluce Bellucci, Edson Borges, José Maria Nunes Pereira, Marcelo Bittencourt e Roquinaldo Amaral Ferreira). Apoio: Fundação Ford. Produção Gráfica: Hamilton Magalhães Neto (coordenação); Williams Neto (arte-final); Gicélia da Conceição e Sônia Maria (composição). Assinatura, correspondência e pedido de números atrasados devem ser encaminhados à (Subscriptions, correspondence and request for back issues made payable and addressed to): Sociedade Brasileira de Instrução - Centro de Estudos Afro-Asiáticos - Rua da Assembleia, 10, Conjunto 501 - CEP 20119-900, Rio de Janeiro - RJ - Brasil - Tel. (021) 531-2000/R. 259 e 531-2636, Fax (021) 531-2155. - Assinatura anual (em dólar comercial): Instituições internacionais: US\$ 250.00; nacionais: US\$ 200.00; Pesquisadores: US\$ 100.00. WE ASK FOR EXCHANGE.

I M P R E S S O